

## A PALAVRA “LANGUAGE” NO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO GLOBAL DO IPBES SOBRE BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS: UMA LEITURA DISCURSIVA

### THE TERM “LANGUAGE” IN THE IPBES GLOBAL ASSESSMENT ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES: A DISCURSIVE READING

Claudia Rosa Riolfi (USP)<sup>1</sup>

**Resumo:** O *Relatório de Avaliação Global sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos* (IPBES, 2019) documenta o estado da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos no planeta e suas consequências para a humanidade, conclamando governos, formuladores de políticas, gestores e sociedade a conservar, restaurar e usar a natureza de forma sustentável. Concebendo línguas e sustentabilidade de saberes ancestrais como elementos indissociáveis, este estudo analisa como as línguas indígenas e locais são incorporadas no documento, publicado pela *Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos - IPBES*. Existiria uma política linguística consistente a favor das línguas indígenas e locais? Com base em uma orientação discursiva, construímos um arquivo com 34 sequências discursivas (SDs) contendo o termo *language*, analisando sua função como um operador discursivo multifacetado que articula bioculturalidade, identidade, valoração e governança. Doze dessas ocorreram em títulos de obras citadas, o que nos levou a investigar se os textos referenciados abordam as línguas indígenas e locais na luta pela biodiversidade. A maioria combate o linguicídio, direta ou indiretamente, ao defender o respeito às culturas e os modos de pensar. As demais SDs também expressam apoio à incorporação dessas línguas. Os resultados apontam uma contradição entre as recomendações do Relatório e a estrutura do próprio IPBES, que adota apenas as seis línguas oficiais da ONU.

**Palavras-chave:** línguas indígenas e locais; biodiversidade; análise do discurso; IPBES.

**Abstract:** The *Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services* (IPBES, 2019) documents the state of global biodiversity and ecosystem services and their consequences for humanity. It calls on governments, policymakers, managers, and the general public to engage in conservation, restoration, and sustainable use of nature. Considering languages and the sustainability of ancestral knowledge as inseparable, this study analyzes how Indigenous and local languages are incorporated into the report, published by *Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services - IPBES*. Can we truly speak of a consistent language policy in favor of Indigenous and local languages? Using a discursive orientation, we compiled an archive of 34 discursive sequences (DSs) containing the term *language* analyzing its function as a multifaceted discursive operator articulating bioculturality, identity, valuation, and governance within the report. Of these, 12 occurred in the titles of referenced works. Our initial analysis explored whether these works addressed Indigenous and local languages in the context of biodiversity conservation. Most cited works oppose the linguicide of Indigenous and local languages, either explicitly or by promoting respect for diverse cultures and worldviews. The remaining DSs also revealed support for incorporating these languages. Our findings highlight a contradiction between the report's recommendations on linguistic plurality and IPBES's own structure, which relies solely on the six official UN languages.

---

<sup>1</sup> Claudia Riolfi é professora livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), fez pós-doutorado pela *Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis*. Atua no Programa de Pós-graduação em Educação da FE/USP, orientando mestrados e doutorados; <http://orcid.org/0000-0003-2698-4207>; [riolfi@usp.br](mailto:riolfi@usp.br).

**Keywords:** indigenous and local languages; biodiversity; discourse analysis; IPBES.

## **Introdução: discursos alinhados com o combate ao linguicídio de línguas indígenas e locais no IPBES**

A perda da diversidade linguística significa a perda da diversidade cultural e do conhecimento a respeito dos ecossistemas locais, que foi desenvolvido ao longo de milênios”<sup>2</sup> (Maffi, 2006, p. 27. A tradução é nossa.)

Neste artigo, fruto do projeto de pesquisa *Utilizar la Literatura para el Cambio Social: Leer y escribir con niños en África y Latinoamérica*, investigamos a efetividade da luta pela preservação de línguas e culturas de povos originários em países marcados pela colonização, como é o caso do Brasil.

Entendendo política linguística como o conjunto de decisões e práticas que regulam o uso, o status e a transmissão das línguas em uma comunidade (Calvet, 2007), investigamos como uma organização intergovernamental ligada à biodiversidade se posiciona, em seus documentos, diante das línguas e culturas minorizadas no país. Para tanto, tomamos como ponto de partida a ocorrência da palavra “language” em um importante relatório sobre a biodiversidade, um texto que já pressupõe uma correlação entre políticas linguísticas e a preservação da natureza.

Hoje, em nosso país, são faladas cerca de 180 línguas indígenas. Antes da colonização portuguesa, estima-se que existiam cerca de 1200, o que representa uma perda de 85% das línguas praticadas no território nacional (Rodrigues, 2019). Compreendemos *etnocídio* como a “destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição.” (Clastres, 2000, p. 56). Na América do Sul, vivemos um cenário inequívoco de etnocídio pelos colonizadores portugueses e espanhóis (Cox, 2006).

As questões ligadas à língua e à cultura são centrais para nós, pois a preservação das línguas e culturas locais contribui para a conservação da biodiversidade, já que muitas práticas sustentáveis estão enraizadas em conhecimentos transmitidos por meio de tradições linguísticas e culturais (Maffi, 2005). Como cada língua carrega uma visão única do mundo, refletindo as relações específicas de seus falantes com o meio ambiente, estamos perdendo uma enorme parcela de saber ancestral e, em decorrência disso, corroborando para a extinção do planeta (Maffi, 2006). As línguas indígenas e locais são consideradas formas insubstituíveis de construir, expressar, transmitir e perpetuar conhecimentos sobre a natureza, os ecossistemas e as relações socioambientais (Hill, 2020).

Diante da extinção da fauna, flora, línguas e culturas, é fundamental estarmos atentos aos direitos linguísticos dos povos indígenas e das minorias linguísticas, pois eles “exercem um papel decisivo na manutenção e revitalização das línguas no apoio à diversidade linguística e cultural e, através delas, também da diversidade biológica sobre a terra” (Skutnabb-Kangas, 2019, p. 27).

Este estudo tem como foco a *Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos - IPBES* (no original inglês *Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services - IPBES*), criada em 2012. O IPBES é uma organização intergovernamental cujo objetivo é avaliar o estado da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos no planeta.

Com o apoio da *Organização das Nações Unidas - ONU*, busca produzir reflexões científicas a respeito da biodiversidade, reunindo cientistas, governos, especialistas e representantes de povos indígenas e comunidades locais (IPBES, 2025). Assim, assume a influência da *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUPI)* (ONU, 2008), que inclui diversas menções às línguas indígenas como parte essencial dos direitos culturais, da identidade, da dignidade e da

<sup>2</sup> Do original em inglês: “The loss of linguistic diversity means the loss of cultural diversity and of knowledge about local ecosystems, which has been developed over millennia.” (Maffi, 2006, p. 27).

autodeterminação desses povos.

Diante disso, buscamos analisar se os documentos do IPBES refletem discursos alinhados ao combate ao linguicídio de línguas indígenas e locais e se a instituição adota uma política linguística consistente em favor dessas línguas.

## 1 A concepção discursiva que adotamos e o IPBES

Assumimos uma noção de discurso que envolve um jogo entre sentidos estabilizados e novos sentidos a serem criados. Isso ocorre por meio do equívoco e da falha, já que, por sermos humanos, estamos sujeitos aos efeitos do inconsciente e da ideologia (Pêcheux, 2002). Por esse motivo, não acreditamos no sentido literal das palavras. Na mesma língua, uma palavra pode ter sentidos diferentes, dependendo da posição do sujeito que a interpreta. Por isso, atribuímos ao interlocutor a responsabilidade de interpretar o que for possível, dado o momento histórico em que está inserido.

De modo análogo, consideramos que “o trabalho do analista de discurso em sua escuta é explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória” (Orlandi, 2015, p. 12). Desse modo, o analista do discurso precisa interpretar como essa relação se configura. Parte de um gesto interpretativo e recorta sequências discursivas (SDs) no arquivo que analisa. Cotejando essas SDs com o contexto discursivo mais amplo, busca, ao mesmo tempo, construir regularidades e localizar pontos de dissonância e possíveis rupturas. Entre outras estratégias, um modo de localizar as dissonâncias é estar atento à polifonia discursiva. Neste artigo, exploraremos esta dimensão a partir de ocorrências da palavra “language” em documentos nos quais línguas e culturas minorizadas estão implicadas.

Antes de prosseguirmos, cabe trazer elementos que permitam compreender como, neste caso específico, essas filiações de sentido se construíram. Uma análise preliminar do *site* do IPBES permite vislumbrar que, embora a plataforma reconheça a perda de línguas como um problema relacionado ao aniquilamento da biodiversidade, não há políticas linguísticas robustas. A opção da plataforma é disponibilizar os conteúdos nas línguas oficiais da *Organização das Nações Unidas - ONU*: árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo (ONU, 2025). Não há opção de leitura em português e, menos ainda, em línguas indígenas e locais. Isso reforça padrões coloniais, já que as traduções, quando existem, podem simplificar ou distorcer conceitos ecológicos indígenas.

Com essas considerações em vista, vamos analisar o *Relatório de Avaliação Global sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos*, publicado em 2019 pelo IPBES. O texto foi redigido como resposta à crescente preocupação global com o declínio acelerado da biodiversidade e os impactos nos serviços ecossistêmicos (água, polinização, controle de doenças, clima etc.). Seu tema central é o estado da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos do planeta e suas consequências para a humanidade. Ao longo dos capítulos, o relatório exorta todos a conservar, restaurar e usar a natureza de forma sustentável (IPBES, 2019b). Até que ponto as línguas indígenas e locais são incorporadas nesse documento?

## 2 Um sobrevoo no *Relatório de Avaliação Global sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos*

Realizamos uma pesquisa documental, com orientação discursiva. Para a construção do arquivo, trabalhamos no texto integral do *Relatório de Avaliação Global sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos* (título original *Global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services*).

O *Relatório* é um texto bastante extenso, com 1148 páginas (IPBES, 2019b). Consta no documento que ele foi elaborado por 145 autores, provenientes de 50 países. Esses autores, que contaram ainda com a contribuição de mais de 310 outros especialistas, revisaram cerca de 15.000

publicações científicas em busca de construir evidências robustas para embasar decisões a respeito do uso sustentável da natureza e do desenvolvimento humano. O público-alvo do *Relatório* são os governos, formuladores de políticas e gestores, além da população em geral. Transversalmente, o texto denuncia o fato de a natureza estar em declínio sem precedentes na história e defende a necessidade de mudanças urgentes em escala global.

Organizado em seis capítulos, mais os anexos, o *Relatório* apresenta 5 grandes eixos. O primeiro consiste na análise do estado atual da biodiversidade. Há denúncia da participação humana na enorme ameaça de extinção de espécies de animais e plantas. O segundo consiste no levantamento das principais causas da perda de biodiversidade, quais sejam: a mudança no uso da terra e do mar; a exploração direta dos organismos; as mudanças climáticas; a poluição e as espécies exóticas invasoras. O terceiro refere-se aos impactos sobre os serviços ecossistêmicos. Dentre os principais, encontram-se o controle biológico de pragas e doenças, o declínio da polinização e a perda de conhecimento tradicional. O quarto consiste no levantamento das tendências futuras caso nada seja feito. Existe um alerta a respeito do fato de que a biodiversidade continuará declinando, comprometendo os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*, especialmente aqueles ligados à pobreza, fome, saúde, água, clima e vida terrestre e marinha. Por fim, o texto conclui com recomendações. Enfatiza que mudanças transformadoras são urgentes, possíveis e necessárias. Dentre outras providências, afirma ser necessário reformular modelos econômicos, integrar considerações de biodiversidade em todos os setores, fortalecer e ampliar áreas protegidas, reduzir drasticamente subsídios prejudiciais à natureza, e sincronizar esforços de combate às mudanças climáticas e à perda de biodiversidade. O documento destaca, ainda, a necessidade de promover governança participativa, envolvendo comunidades locais, povos indígenas e conhecimentos tradicionais.

Em suma, o *Relatório de Avaliação Global* (IPBES, 2019b) incorpora as línguas indígenas e locais ao salientar que os povos indígenas e as comunidades locais têm conhecimentos fundamentais a respeito da biodiversidade e são essenciais para a governança ambiental em níveis locais e globais (IPBES, 2019c).

## 2.1 Do recorte estabelecido para a análise

Na direção de analisar se ressoam discursos ligados ao combate ao linguicídio de línguas indígenas e locais dos processos discursivos que se depreendem da leitura do *Relatório de Avaliação Global* (IPBES, 2019b), primeiramente realizamos uma leitura integral do documento. Nesta empreitada, notamos diversas ocorrências da tratativa a respeito da questão linguageira ao longo do texto, sejam em referências bibliográficas, em explicações de cunho metalinguístico ou em explicações a respeito da posição assumida pelos autores.

Assim, decidimos que um recorte analítico possível consistiria em partir de um conjunto menor. Para tal fim, construímos um arquivo de sequências discursivas (SDs) contendo a palavra *language* (ou o plural *languages*). Ele se encontra reproduzido, na língua original, anexo ao artigo. No anexo, as SDs estão organizadas na sequência em que aparecem no texto e têm a anotação do número da página em que podem ser encontradas no *Relatório*. Para facilitar nossa análise e a legibilidade, no corpo do artigo elas serão incorporadas em uma tradução para a língua portuguesa. Ao longo da apresentação das sequências discursivas (SDs) extraídas do *Relatório de Avaliação Global do IPBES*, é importante notar que, embora algumas SDs contenham citações a outros trabalhos (por exemplo, 'Alexander et al., 2016'), estas referem-se a fontes internas do documento original do IPBES (2019b). A menos que uma obra seja explicitamente analisada ou listada em nossa própria seção de 'Referências Bibliográficas', tais citações devem ser compreendidas como parte do corpo discursivo do relatório avaliado, e não como obras diretamente consultadas por este artigo. Nosso foco reside na análise do uso da palavra “language” no contexto discursivo do relatório do IPBES, e não nas fontes bibliográficas que ele utiliza internamente, exceto quando essas fontes são o objeto da análise (como no *quadro 1*).

Esclareça-se, preliminarmente, que, na análise que realizamos, não se trata de examinar as SDs em si, mas, sim, de considerá-las como um ponto de partida a partir do qual é possível realizar uma reconstrução analítica visando mapear como línguas indígenas e locais são, discursivamente, incorporadas no documento.

A palavra *language* é utilizada de modo polissêmico ao longo do *Relatório*. Lendo as SDs onde ela aparece, notamos que essa palavra pode ocorrer ao menos de três diferentes modos. Um deles é sinônimo de “forma de expressão”, como em “tiverem **linguagem** clara, inequívoca e simples” (SD14). Pode, ainda, consistir em um emprego mais técnico do termo. O mais comum é que seja incluído como sinônimo de língua (o português, o inglês, o francês etc.), como se lê em “a documentação de **línguas** e culturas” (SD15). Existem, porém, ocorrências em que a palavra *language* aparece justaposta à discussão das relações existentes entre uma língua e a identidade de um grupo social, ganhando novos contornos. Isso se lê, por exemplo, em “diferentes grupos sociais devem poder se expressar em seus próprios termos e em sua própria **língua** sobre sua compreensão do bem viver” (SD26).

Por esse motivo, a palavra *language* foi traduzida de acordo com o contexto, podendo ocorrer como “linguagem”, “língua”, ou mesmo, “linguística”, no caso de se tratar de um adjetivo. A exceção para essa providência consiste nas 12 ocorrências da palavra *language* em títulos de obras de referência. Elas estão agrupadas no *quadro 1*, a seguir.

#### Quadro 1 - Ocorrência do termo *language* em obras de referência no *Relatório*

- SD8** - Lewis, M. P. (2009). *Ethnologue: Languages of the world*. SIL international. (IPBES, 2019b, p. 173).
- SD9** - Maffi, Luisa. *On Biocultural Diversity: Linking Language, Knowledge, and the Environment*. Smithsonian Institution Press Washington, DC, 2001. (IPBES, 2019b, p. 291).
- SD12** - Hammarström, H., Forkel, R., & Haspelmath, M. (2018). **Language** Origin. Glottolog database 3.2 [Data set]. [https:// doi.org/10.5281/zenodo.3554959](https://doi.org/10.5281/zenodo.3554959). (IPBES, 2019b, p. 367).
- SD13** - Maffi, L. (2002). **Endangered languages**, endangered knowledge. *International Social Science Journal*, 54(173), 385–393. [https:// doi.org/10.1111/1468-2451.00390](https://doi.org/10.1111/1468-2451.00390) (IPBES, 2019b, p. 373).
- SD18** - Avcı, D., Adaman, F., Özkaynak, B. (2010). Valuation **languages** in environmental conflicts: How stakeholders oppose or support gold mining at Mount Ida, Turkey. *Ecol. Econ., Special Section: Ecological Distribution Conflicts* 70, 228–238. [https:// doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.05.009](https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.05.009) (IPBES, 2019b, p. 518).
- SD19** - Hidayati, S., Suansa, N. I., Samin, & Franco, F. M. (2017). Using Ethnotaxonomy to assess Traditional Knowledge and **Language** vitality: A case study with the Urang Kanekes (Baduy) of Banten, Indonesia. *Indian journal of traditional knowledge*. 16. 576-582. (IPBES, 2019b, p. 518).
- SD20** - Martinez-Alier, J. (2009). Social metabolism, ecological distribution conflicts, and **languages** of valuation. *Capital. Nat. Social*. 20, 58–87. (IPBES, 2019b, p. 562).
- SD21** - Martínez-Alier, Joan, Giorgos Kallis, Sandra Veuthey, Mariana Walter, and Leah Temper (2010). Social Metabolism, Ecological Distribution Conflicts, and Valuation **Languages**. *Ecological Economics* 70 (2): 153–58. doi:10.1016/j.ecolecon.2010.09.024. (IPBES, 2019b, p. 562).
- SD29** - Loh, J., & Harmon, D. (2014). *Biocultural Diversity. Threatened species, endangered languages*. Zeist: WWF Netherlands. (IPBES, 2019b, p. 857).
- SD30** - Maffi, L. (2001). *On biocultural diversity: Linking language, knowledge, and the environment*. Smithsonian Institution Press Washington, DC. (IPBES, 2019b, p. 858). (segunda ocorrência).

**SD31** - Unasho, A. (2013). **Language** as genes of culture and biodiversity conservation: The case of “Zaysite” language in southern region of Ethiopia. *International Journal of Modern Anthropology*, 1(6). <http://dx.doi.org/10.4314/ijma.v1i6.1> (IPBES, 2019b, p. 870).

**SD33** - Warren, C. R. (2007). Perspectives on the ‘alien’ versus ‘native’ species debate: a critique of concepts, **language** and practice. *Progress in Human Geography*, 31(4), 427–446. <https://doi.org/10.1177/0309132507079499>. (IPBES, 2019b, p. 1024).

**Fonte:** IPBES, 2019b. Elaboração da autora.

Das doze obras listadas no quadro 1, apenas uma apresenta um autor indígena (em SD 19). No artigo *Using Ethnotaxonomy to Assess Traditional Knowledge and Language Vitality* (Hidayati et al., 2017), um dos quatro autores é Samin, cujo nome único sugere origem indígena e foge ao padrão “nome e sobrenome”.

Dessa forma, a primeira ponderação a ser feita diz respeito ao modo como o relatório constitui, discursivamente, as posições-sujeito autorizadas a produzir conhecimento. Ainda que o texto mobilize e valorize o saber ancestral das populações indígenas, a quase ausência de autores indígenas nas referências convoca uma formação discursiva que os desloca do lugar de enunciadores legítimos. Não se trata apenas de um dado empírico, mas de um gesto de interpretação que evidencia o funcionamento de uma memória discursiva na qual às populações indígenas é atribuído o papel de objeto de saber, e não o de sujeitos que o produzem.

Nesse movimento, o relatório reinscreve uma divisão de posições: às vozes institucionalmente legitimadas cabe dizer sobre; às populações indígenas, cabe serem ditas. O efeito de sentido produzido é o de subalternização, pois essas populações são mantidas na posição de depender de outras vozes — situadas em formações discursivas hegemônicas — para que seus próprios interesses circulem.

## **2.2 Discursos ligados ao combate do linguicídio de línguas indígenas e locais no *Relatório de Avaliação Global sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos***

Para analisar a presença de discursos voltados ao combate ao linguicídio de línguas indígenas e locais no *Relatório de Avaliação Global sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos*, trabalhamos em três frentes. A primeira consistiu em uma análise geral de como a palavra “language” apareceu no *corpus*. A segunda, por sua vez, consistiu no exame das obras citadas no corpo do relatório. Por fim, a terceira refere-se ao estudo das SDs com a palavra “language” que não foram utilizadas para compor o quadro 1, por não configurarem como referências bibliográficas.

### **2.2.1 “Language” como operador discursivo da bioculturalidade e da governança no IPBES**

Por meio da análise da palavra *language*, percebemos que ela ocupa uma posição estratégica que articula natureza, cultura e política. Ela funciona como um operador que organiza efeitos de sentido sobre biodiversidade, identidade, valoração e participação, sustentando um regime discursivo no qual a linguagem é simultaneamente infraestrutura biocultural, tecnologia de governo e arquivo identitário. A palavra “language” ocupa uma posição central na rede discursiva do IPBES. Ela articula diferentes formações discursivas — biocultural, identitária, tecnocrática, jurídica, ecológica — e sustenta efeitos de sentido que estruturam o campo ambiental contemporâneo.

A linguagem aparece como infraestrutura biocultural, que sustenta saberes e modos de vida, tecnologia de valoração, que organiza conflitos e institui regimes de verdade, operador

identitário, que vincula sujeitos, práticas e territórios, dispositivo de participação, que regula visibilidades e legitimidades, instrumento de governança, que padroniza sentidos e orienta políticas, sistema classificatório, que recorta o mundo e define categorias de existência. Assim, *language* não é apenas um termo recorrente no relatório, mas o eixo discursivo que permite ao IPBES articular natureza, cultura e política, produzindo efeitos de sentido que orientam tanto a compreensão quanto a gestão da biodiversidade. Diferentes posições-sujeito mobilizam a palavra *language* para produzir modos de existência, de saber e de ação no campo ambiental.

Nas SDs que tratam de diversidade linguística, conhecimento ecológico e cosmologias indígenas (SD9, SD13, SD27, SD28, SD29, SD30, SD31), *language* é inscrita em uma formação discursiva que aproxima língua, ambiente e modos de vida. A linguagem aparece como depositária de saberes ecológicos; suporte de valores e práticas e elemento constitutivo da relação com o território.

Essa construção não se limita a descrever línguas como instrumentos de comunicação, mas as inscreve como condições de possibilidade para a continuidade de conhecimentos e práticas de manejo. A memória discursiva que associa língua e território é reativada constantemente, produzindo o efeito de que a perda linguística implica a perda de mundos possíveis. Assim, *language* opera como infraestrutura biocultural, sustentando tanto a transmissão de saberes quanto a permanência de formas de existência vinculadas ao ambiente.

Nas SDs que tratam de conflitos ambientais e “valuation languages” (SD18, SD20, SD21, SD24, SD25), a palavra *language* desloca-se para o campo da valoração. Aqui, ela designa regimes discursivos que atribuem valor; modos de dizer que organizam o que conta como “natureza”, “bem viver”, “recurso”, “direito”; e confrontos entre racionalidades heterogêneas.

Os conflitos ambientais são apresentados como confrontos entre linguagens de valoração, cada uma sustentada por posições-sujeito distintas (econômica, jurídica, espiritual, ecológica). Não se trata apenas de divergências argumentativas, mas de incompatibilidades entre formações discursivas, que produzem sentidos diferentes para os mesmos objetos.

Quando o relatório menciona que a Constituição do Equador adota “uma linguagem diferente para a biodiversidade” (SD25), percebe-se que a linguagem não é neutra: ela institui modos de existência e de reconhecimento jurídico. Assim, *language* funciona como tecnologia de valoração, capaz de instituir regimes de verdade e orientar práticas de gestão ambiental.

As SDs 2, 4, 22 e 23 inscrevem *language* em uma formação discursiva que articula identidade, ancestralidade e território. A linguagem aparece como critério de pertencimento; elemento constitutivo da identidade cultural; e mediadora entre fenômenos naturais e práticas sociais.

Em SD23, o exemplo do termo “blue-ice” aponta para como a linguagem participa da construção de uma experiência territorial específica. O termo não apenas nomeia um fenômeno físico, mas o integra a práticas de mobilidade, alimentação e organização social. A linguagem, nesse caso, produz efeitos de sentido que vinculam materialidade e cultura. Assim, *language* funciona como operador identitário, sustentando posições-sujeito que se reconhecem e são reconhecidas por meio de práticas linguísticas.

Nas SDs 5, 6, 7, 26 e 32, *language* aparece como elemento que regula a participação de grupos sociais em processos decisórios. A linguagem é tratada como condição de acesso ao debate; critério de visibilidade política; e mediadora entre saberes tradicionais e instituições formais.

Quando o texto afirma que grupos devem poder “falar em seus próprios termos e linguagem” (SD26), evidencia-se que a participação não depende apenas de presença física, mas de condições de produção discursiva que permitam a circulação de sentidos não hegemônicos.

Ao criar “barreiras linguísticas intergeracionais” (SD6), a escolarização formal desloca posições-sujeito e altera a transmissão de saberes. Portanto, a linguagem é um dispositivo de poder, que distribui lugares de fala e define quem pode produzir sentidos legítimos sobre o ambiente.

As SDs 14, 16 e 17 introduzem uma formação discursiva tecnocrática, na qual *language* é tratada como ferramenta de gestão. A exigência de “linguagem clara, simples e unívoca” para metas globais inscreve a linguagem em um regime de padronização que busca reduzir ambiguidades, estabilizar sentidos e garantir mensurabilidade. Esse movimento produz uma tensão entre linguagens situadas, vinculadas a práticas culturais específicas e linguagens normativas, orientadas por exigências de governança global. Nesse caso, a linguagem é mobilizada como tecnologia de governo, que organiza o campo do dizível e define quais sentidos podem circular nas políticas internacionais.

As SDs 10, 11, 19, 33 e 34 mostram que a linguagem participa da construção de categorias que organizam o mundo natural e social. Ela estrutura etnotaxonomias, classificações ecológicas e categorias como “espécies nativas” e “espécies invasoras”. Por sua vez, essas categorias não são apenas descritivas; produzem efeitos de sentido que orientam práticas de manejo, políticas de conservação e percepções sobre o que deve ser protegido ou eliminado. Assim, a linguagem funciona como máquina classificatória, que recorta o real e institui fronteiras simbólicas.

### 2.2.2 Incorporação de línguas indígenas e locais nas obras citadas no *Relatório*

O primeiro aspecto que cumpre esclarecer é que existem muitas obras citadas no *Relatório*, mas, como já mencionado, nossa análise incidiu apenas naquelas em cujo título aparecia a palavra *Language*. Depois, que essas referências foram recolhidas de todo o texto, estando distribuídas por diversos capítulos.

Então, nosso gesto analítico consistiu em ler transversalmente as obras reproduzidas no quadro 1 para perceber se, no corpo daqueles textos, haveria ou não a incorporação de uma preocupação com as línguas indígenas e locais.

O resultado dessa diligência está sistematizado no quadro 2, a seguir.

**Quadro 2 - Incorporação de línguas indígenas e locais nas referências mobilizadas**

SD	Obra	Aborda línguas indígenas e locais?	Observação
SD8	Lewis (2009)	✓ Sim	Catálogo mundial de línguas, incluindo indígenas e locais.
SDs 09 -30	Maffi (2001)	✓ Sim	Foco central na relação entre línguas, saberes e ambiente.
SD12	Hammarström <i>et al.</i> (2018)	✓ Sim	Abrange línguas indígenas e locais, com foco taxonômico.
SD13	Maffi (2002)	✓ Sim	Conexão direta entre perda de línguas e perda de saberes.
SD18	Avcı <i>et al.</i> (2010)	✗ Não	Discute linguagens de valoração, mas não de línguas indígenas.
SD19	Hidayati <i>et al.</i> (2017)	✓ Sim	Estudo sobre vitalidade linguística e conhecimento tradicional.
SD20	Martínez-Alier (2009)	⚠ Indiretamente	Foco em <i>linguagens de valoração</i> , não línguas em si.
SD21	Martínez-Alier <i>et al.</i> (2010)	⚠ Indiretamente	Foco em <i>linguagens de valoração</i> , não em línguas em si.

SD29	Loh; Harmon (2014)	✔ Sim	Relaciona extinção de línguas e perda de biodiversidade.
SD31	Unasho (2013)	✔ Sim	Estudo de língua local (Zaysite) como elemento de conservação.
SD33	Warren (2007)	⚠ Indiretamente	Perda da informação original quando há barreiras de linguagem

**Fonte:** elaboração da pesquisadora a partir dos materiais da pesquisa (2025).

Examinando o quadro 2, percebemos que, na maioria dos textos, ressoam discursos ligados ao combate do linguicídio de línguas indígenas e locais.

Nas SDs 20, 21 e 33, as línguas específicas surgem na qualidade de exemplo. Nas SDs 20 e 21, o principal conceito mobilizado é o de “línguagens de valoração”, referente às diferentes formas como as pessoas e os grupos sociais expressam o valor que atribuem a algo, seja um objeto, um lugar, uma atividade ou um recurso natural. Os povos indígenas e as comunidades locais utilizam linguagens de valoração que vão além do meramente econômico, incorporando elementos culturais, sociais, ambientais e espirituais. Essas linguagens são fundamentais para a sua resistência contra projetos de desenvolvimento que ameaçam seus territórios e seus modos de vida. Nos dois trabalhos, os raciocínios sobre cultura e modos de pensar apontam para a importância de incorporá-las, pois as línguas são tratadas como repositórios de conhecimentos e valores culturais. Percebe-se que, na lógica dos artigos, a perda da língua implica a perda do conhecimento tradicional e da identidade cultural do povo. Na SD 33, é feita uma discussão a respeito da tensão entre a valorização, pelas culturas minorizadas, das línguas e elementos locais, e dos elementos externos.

Duas publicações consistem em catálogos a respeito de línguas, configurando em instrumentos de trabalho: Lewis (2009) e Hammarström *et al.* (2018). Lewis (2009) descreve mais de 7.000 línguas faladas no mundo, oferecendo informações detalhadas a respeito da distribuição geográfica, número de falantes, aspectos linguísticos e socioculturais, *status* de vitalidade e ameaças de extinção. A obra organiza informações sobre a origem, genealogia e relações entre línguas. Hammarström *et al.* (2018) elaboram uma base de dados acadêmica, recurso de acesso gratuito e aberto, que fornece uma classificação abrangente e detalhada das línguas do mundo, com foco especial nas línguas menores e menos documentadas.

Existem dois textos da antropóloga italo-americana Luisa Maffi (2001 e 2002). No primeiro (Maffi, 2001), a autora explora a profunda interconexão entre diversidade biológica, diversidade cultural e diversidade linguística. Para Maffi, as línguas indígenas e locais são portadoras de um conhecimento valioso sobre o meio ambiente. A autora argumenta que a perda de línguas e de conhecimentos tradicionais está diretamente ligada à perda de biodiversidade. Defende que proteger línguas e culturas também significa proteger ecossistemas. A revitalização de línguas indígenas e locais é uma estratégia importante para preservar o conhecimento ecológico tradicional e promover a sustentabilidade. Então, conclui-se que, ao fortalecer as línguas indígenas, é possível garantir que esse conhecimento seja transmitido para as futuras gerações e que seja utilizado para enfrentar os desafios ambientais do presente e do futuro.

No segundo (Maffi, 2002), reforça a ideia de que a perda de línguas representa também a perda de vastos conhecimentos tradicionais sobre ecossistemas, práticas sustentáveis e relações culturais com a natureza. A autora discute como políticas coloniais, globalização e modelos de desenvolvimento homogêneos impactaram negativamente as línguas indígenas e locais.

Constam, ainda, três trabalhos procurando estabelecer uma correlação entre a perda das línguas e da biodiversidade: Hidayati *et al.* (2017); Loh e Harmon (2014) e Unasho (2013).

Hidayati *et al.* (2017) defendem que a preservação linguística é uma estratégia para entender o meio ambiente e manter práticas sustentáveis e demonstram que o enfraquecimento da língua local afeta diretamente o sistema de conhecimento ecológico. Argumentam que a

etnotaxonomia (estudo de como os grupos humanos categorizam e organizam o conhecimento sobre o mundo natural) pode fornecer *insights* valiosos sobre a relação entre língua, cultura e meio ambiente. O texto explora a relação entre a língua Kanekes e o conhecimento tradicional sobre plantas alimentares, mostrando como a língua é um elemento fundamental da cultura e da identidade desse povo. O artigo também discute a influência da língua indonésia (Bahasa Indonesia) sobre a língua Kanekes e como os Baduy conseguem manter a vitalidade de sua língua e cultura apesar da influência externa. Como já destacado, um dos autores desse texto é Samin, um membro da comunidade Urang Kanekes. No corpo do artigo, é especificado que ele auxiliou os pesquisadores na condução das entrevistas na língua Kanekes e, portanto, foi creditado com autoria honorária, em nome da comunidade.

O relatório de Loh e Harmon (2014) destaca o papel fundamental das línguas indígenas e locais na preservação do conhecimento ecológico tradicional e na promoção da justiça ambiental. Discute a correlação direta entre perda de biodiversidade e perda de diversidade linguística e cultural. Os autores demonstram que as regiões com maior diversidade biológica também concentram as maiores diversidades linguísticas, e que ambas estão sob ameaça. Unasho (2013), por fim, mostra como a língua Zaysite, na Etiópia, codifica saberes ecológicos e práticas culturais que sustentam a conservação ambiental. O artigo defende que a língua funciona como um "gene cultural", essencial para transmitir conhecimentos sobre uso sustentável dos recursos, manejo ambiental e relações simbólicas com a natureza. Destaca a importância de se utilizar terminologia africana para valorizar e promover as línguas africanas, combatendo o eurocentrismo e o colonialismo linguístico.

Em suma, a análise desses estudos convida a refletir sobre a importância crucial das línguas indígenas e locais como repositórios de conhecimentos ancestrais sobre a natureza e como ferramentas de resistência contra a homogeneização cultural e a degradação ambiental. Convida, ainda, para irradiar a produção acadêmica de pessoas indígenas e moradoras de pequenas comunidades enquanto produtoras de conhecimento, na qualidade de autores de textos acadêmicos.

### 2.2.3 Incorporação de uma preocupação com as línguas indígenas e locais nas demais SDs com a palavra *language*

Analisando as demais SDs que compõem nosso arquivo, podemos notar que a primeira parte do *Relatório* de onde elas foram retiradas configura-se em um texto no qual discursos a respeito de identidade e pertencimento ressoam. Assim, existe um engajamento com as lutas dos povos originários. Ele é menos opaco na SD5, quando se lê “Por razões históricas, **políticas e linguísticas**, alguns grupos são altamente visíveis e outros são invisíveis” (*political and language reasons*, no original).

Outra questão a ser levantada é o papel dado pelo *Relatório* para a educação. O texto defende o direito de os povos terem acesso à educação formal e informal em línguas culturalmente apropriadas (*culturally appropriate languages*, na SD3). Depois, coloca em questão o discurso da educação como um bem inquestionável. Na SD6, vemos ecoar um discurso segundo o qual, ao substituir a língua da criança por outra, a escolarização pode “criar barreiras **linguísticas** entre gerações e alterar valores culturais”. Em SD7, ao contrário, essa ideia é especificada, quando se afirma que a educação pode ser bem-sucedida quando, em sua implementação, são incorporadas “a **língua** e a cultura locais”.

Posto isso, gostaríamos de salientar as SDs nas quais podemos destacar discursos ligados ao combate do linguicídio de línguas indígenas e locais. Na SD 23, temos uma reflexão a respeito da importância da manutenção das línguas indígenas e locais não só para a biodiversidade como, também, para a própria continuidade da existência da comunidade. Nela, afirma-se que certo termo de uma língua indígena “é central para a identidade cultural, as atividades tradicionais e o bem-estar futuro” da comunidade que fala a língua. Na SD27, reforça-se a ideia de que a “perda da **língua**

pode estar associada à deterioração ou à mudança” de valores “instrumentais, intrínsecos, relacionais” de Povos Indígenas e Comunidades Locais (IPLCs). Por fim, na SD28, temos dados que consistem em argumentos a favor da preservação das línguas: “uma em cada quatro das 7.000 línguas do mundo está atualmente ameaçada de extinção, confirmando um declínio simultâneo na diversidade linguística e na biodiversidade”.

Em suma: ao reconhecer o papel das línguas indígenas e locais como repositórios de conhecimento e expressão de valores culturais, as SDs apontam para a necessidade da formulação de políticas consistentes e práticas coerentes com elas.

### Considerações finais

Ao investigar a política linguística da *Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES)*, este artigo busca contribuir para o debate sobre a valorização das línguas e culturas dos povos originários do Brasil, tema central do eixo *Povos originários do Brasil e a luta pela preservação de suas línguas e culturas*, deste volume. A análise partiu da pergunta sobre a existência de uma política linguística consistente a favor das línguas indígenas e locais no IPBES.

Identificamos uma contradição entre o que o IPBES faz e o que ele recomenda. Ao construir o seu site, o IPBES optou por disponibilizar os conteúdos nas línguas oficiais da *Organização das Nações Unidas - ONU*: árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo. Não existem publicações ou folhetos em línguas indígenas ou locais.

No *Relatório*, ressoam discursos favoráveis à incorporação dessas línguas e culturas. Como já salientado, a bibliografia nele mobilizada sugere fortemente a importância crucial das línguas indígenas e locais como repositórios de conhecimentos ancestrais a respeito da natureza e como ferramentas de resistência contra a homogeneização cultural e a degradação ambiental. No corpo do texto, está afirmado que incluir populações minorizadas nos processos de governança é fundamental para a conservação dos recursos naturais. Ainda, valorizam-se a educação e o aprendizado de línguas majoritárias apenas quando isso não ameaça as culturas dos grupos minoritários nem contribui para sua invisibilidade.

O contraste dos discursos reconstruídos a partir de como a palavra “language” como operador discursivo de bioculturalidade e governança, apareceu em documentos diversos, revisitados a partir da exploração de um arquivo de SDs que constam esta palavra mostra que, apesar dos avanços no reconhecimento dos saberes indígenas e locais, o IPBES ainda opera sob uma lógica epistemológica e linguística que cria barreiras à participação plena dos povos indígenas. Isso gera tensões quanto à tradução e preservação dos conhecimentos tradicionais, frequentemente disponíveis apenas em línguas minorizadas. A ausência de uma política linguística robusta contribui para a marginalização desses saberes e suscita preocupações sobre o epistemicídio ecológico e linguístico.

Para além de denunciar essa contradição, este estudo busca inspirar ações concretas para promover a inclusão linguística e cultural em organizações como o IPBES, garantindo que as vozes e os conhecimentos dos povos originários sejam ouvidos e valorizados na construção de um futuro mais justo e sustentável para todos. Ao combater a exclusão linguística em instâncias globais como o IPBES, abrimos caminho para a construção de uma educação, e mais especificamente, de um ensino de língua portuguesa que valorize a diversidade de experiências e saberes. Sonhamos com um ensino de língua portuguesa que capacite pessoas indígenas e moradoras de pequenas comunidades a se tornarem autoras de textos acadêmicos, divulgando o conhecimento originário de suas experiências singulares e contribuindo para um mundo mais plural e equitativo.

## Referências Bibliográficas

AVCI, Duygu; ADAMAN, Fikret; ÖZKAYNAK, Begüm. Valuation languages in environmental conflicts: How stakeholders oppose or support gold mining at Mount Ida, Turkey. **Ecological Economics**, [S.l.], v. 70, p. 228–238, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.05.009>. Acesso em: 2 jun. 2025.

CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial/ Ipol, 2007.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2000.

COX. Maria Inês Pagliarini. A noção de etnocídio: para pensar a questão do silenciamento das línguas indígenas no Brasil. **Polifonia**, [S. l.], v. 12, n. 12(1), 2006. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1080>. Acesso em: 30 maio. 2025.

HAMMARSTRÖM, Harald; FORKEL, Robert; HASPELMATH, Martin. **Language Origin. Glottolog Database**, 3.2, [S.l.], set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3554959>. Acesso em: 2 jun. 2025.

HIDAYATI, Sri; SUANSA, Nurul Iman; SAMIN; FRANCO, Fernanda Maria. Using Ethnotaxonomy to assess traditional knowledge and language vitality: A case study with the Urang Kanekes (Baduy) of Banten, Indonesia. **Indian Journal of Traditional Knowledge**, [S.l.], v. 16, p. 576-582, 2017. Disponível em: <https://nopr.niscpr.res.in/handle/123456789/42647>. Acesso em: 2 jun. 2025.

HILL, Rosemary et al. Working with Indigenous, local and scientific knowledge in assessments of nature and nature's linkages with people. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, [S.l.], v. 43, p. 8–20, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2019.12.006>. Acesso em: 1 jun. 2025.

IPBES. **Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services**. DIAZ, Sandra *et al.* (eds.). IPBES secretariat, Bonn, Germany. 56 pages, 2019. Disponível em: [https://files.ipbes.net/ipbes-web-prod-public-files/inline/files/ipbes\\_global\\_assessment\\_report\\_summary\\_for\\_policymakers.pdf](https://files.ipbes.net/ipbes-web-prod-public-files/inline/files/ipbes_global_assessment_report_summary_for_policymakers.pdf). Acesso em: 29 maio 2025.

IPBES, **Global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services**. E. S. BRONDÍZIO, E. S.; SETTELE, J; DÍAZ, S.; and NGO, H. T. (eds.). IPBES secretariat, Bonn, Germany, 2019b. 1148 pages. <https://zenodo.org/records/6417333>. Acesso em: 29 maio 2025.

IPBES, **Key messages on Indigenous and Local Knowledge (ILK) in the IPBES Global Assessment on Biodiversity and Ecosystem Services**, 2019c. IPBES secretariat. [https://files.ipbes.net/ipbes-web-prod-public-files/inline-files/ILK\\_KeyMessages\\_IPBES\\_GlobalAssessment\\_final\\_ENGLISH\\_lo-res.pdf](https://files.ipbes.net/ipbes-web-prod-public-files/inline-files/ILK_KeyMessages_IPBES_GlobalAssessment_final_ENGLISH_lo-res.pdf). Acesso em: 30 maio 2025.

INTERGOVERNMENTAL SCIENCE-POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES (IPBES). **About IPBES**. [S.l.]: IPBES Secretariat, 2025. Disponível

em: <https://ipbes.net/about>. Acesso em: 26 maio 2025.

LEWIS, Paul Michael. **Ethnologue: Languages of the world**. Dallas, TX: SIL International, 2009. Disponível em: <https://www.ethnologue.com>. Acesso em: 2 jun. 2025.

LOH, Jonathan; HARMON, David. **Biocultural Diversity: Threatened species, endangered languages**. Zeist: WWF Netherlands, 2014. Disponível em: <https://www.worldwildlife.org/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MAFFI, Luisa. **On Biocultural Diversity: Linking Language, Knowledge, and the Environment**. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 2001.

MAFFI, Luisa. Endangered languages, endangered knowledge. **International Social Science Journal**, [S.l.], v. 54, n. 173, p. 385–393, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00390>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MAFFI, Luisa. Linguistic, Cultural, and Biological Diversity. **Annual Review of Anthropology**, [S.l.], v. 34, p. 599–617, 2005. Disponível em: [https://www.cbd.int/financial/doc/maffi\\_linguistic\\_cultural\\_biological\\_diversity.pdf](https://www.cbd.int/financial/doc/maffi_linguistic_cultural_biological_diversity.pdf). Acesso em: 1 jun. 2025.

MAFFI, Luisa. Language: a resource for nature. In: MAFFI, Luisa (ed.). **On biocultural diversity: linking language, knowledge, and the environment**. [S.l.], Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 2006. p. 21-28.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Social metabolism, ecological distribution conflicts, and languages of valuation. **Capitalism Nature Socialism**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 58–87, 2009.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan; KALLIS, Giorgos; VEUTHEY, Sandra; WALTER, Mariana; TEMPER, Leah. Social metabolism, ecological distribution conflicts, and valuation languages. **Ecological Economics**, [S.l.], v. 70, n. 2, p. 153–158, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.09.024>. Acesso em: 2 jun. 2025.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. 2008. Link: Portal da ONU. Disponível em: [https://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/Q&A\\_Declaracao.pdf](https://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/Q&A_Declaracao.pdf). Acesso em: 26 maio 2025.

ONU. **Official Languages**, 2025. <https://www.un.org/en/our-work/official-languages>. Acesso em: 01 jun 2025.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Paráfrase e polissemia: A fluidez nos limites do simbólico. **RUA**, 4(1), 9–20, 2015. <https://doi.org/10.20396/rua.v4i1.8640626>. Acesso em: 30 maio 2025.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: Estrutura ou acontecimento** (E. P. Orlandi, Trad., 7ª ed.). Editora da Unicamp, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596>. Acesso em: 30 maio. 2025.

WARREN, Charles Raymond. Perspectives on the 'alien' versus 'native' species debate: A critique of concepts, language and practice. **Progress in Human Geography**, [S.l.], v. 31, n. 4, p. 427–446, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0309132507079499> . Acesso em: 2 jun. 2025.

SKUTNABB-KANGAS, Tove. Direitos humanos linguísticos na educação para a manutenção da língua. **Revista EntreLinguas**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 548-577, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/27660> . Acesso em: 25 maio 2025.

UNASHO, Asmamaw. Language as genes of culture and biodiversity conservation: The case of “Zaysite” language in southern region of Ethiopia. **International Journal of Modern Anthropology**, [S.l.], n. 6, p. 1-20, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4314/ijma.v1i6.1> . Acesso em: 2 jun. 2025.

Submetido em 19/06/2025

Aceito em 01/04/2025

**Anexo:**

Sequências discursivas extraídas no texto original em inglês  
(Os negritos na palavra “language” são nossos).

**SD1** - The context-specific perspective may instead present NCP as bundles that follow from distinct social-cultural practices, **language** and lexicon (IPBES, 2019b, p. 17).

**SD2** - Sense of cultural identity: Feeling of belonging to one or more social groups (as related for instance to locality, country, ethnicity, religion, activity, gender, generation), being respected for self-determination, practice of **language**, education and transmission, and ability to carry out activities related to intangible values and culturally valued means of existence (IPBES, 2019b, p. 24).

**SD3** - Access to knowledge and education: Ability to pursue formal and informal education and knowledge in culturally appropriate **languages**, learning new skills, and accessing information necessary for participation in society and pursuit of culturally valued aspirations (IPBES, 2019b, p. 24).

**SD4** - While the United Nations has recognized and used multiple criteria to define ‘Indigenous Peoples’, including ancestry, distinct cultural features such as **language**, religion, membership in tribal systems, material culture, cosmology, livelihood, origin and residence, among others, no common definition has been adopted internationally. (IPBES, 2019b, p. 27).

**SD5** - For historical, political and **language** reasons, some groups are highly visible and others invisible to policymakers, scholars, society, and even representatives of IPLCs. (IPBES, 2019b, p. 27).

**SD6** - More generally, schooling can loosen people’s direct personal interactions with nature and lower traditional knowledge, while also potentially hindering the traditional transmission of knowledge based on direct learning from practice guided by local adults and elders. This occurs by creating cross-generational **language** barriers and changing cultural values (IPBES, 2019b, p. 78).

**SD7** - As formal education focuses on abstract and general knowledge, often alien to everyday life and local contexts, it may serve to overwrite elements of traditional knowledge. Thus, different ways of learning (i.e., traditional/local vs. formal) may result in multiple cultural identities (Pearce et al., 2011). Yet, nonetheless, there are cases in which traditional knowledge and formal education have been successfully integrated, e.g., using **local language** and culture in implementing education and by also motivating traditional knowledge transmission (IPBES, 2019b, p. 78).

**SD8** - Lewis, Michael Paul (2009). *Ethnologue: Languages of the world*. SIL international. (IPBES, 2019b, p. 173).

**SD9** - Maffi, Luisa. *On Biocultural Diversity: Linking Language, Knowledge, and the Environment*. Smithsonian Institution Press Washington, DC, 2001. (IPBES, 2019b, p. 291).

**SD10** - Nature-culture relationships respond to and affect social norms, values and beliefs, social interactions (**languages** about nature, classifications, symbols and signs), ways of defining law and justice (including rights of access to resources, tenure, heritage and matrimonial systems), and processes that link the material to the non-material, the tangible to the intangible, and myths and taboos. (IPBES, 2019b, p. 334).

**SD11** - Across all cultures, nature is symbolized within paintings, engravings, sculptures, theatre,

dancing, **language**, and other forms of artistic or cultural expression. (IPBES, 2019b, p. 354).

**SD12** - Hammarström, Harald, Forkel, Robert, & Haspelmath, Martin (2018). **Language** Origin. Glottolog database 3.2 [Data set]. [https:// doi.org/10.5281/zenodo.3554959](https://doi.org/10.5281/zenodo.3554959). (IPBES, 2019b, p. 367).

**SD13** - Maffi, Luisa (2002). Endangered **languages**, endangered knowledge. *International Social Science Journal*, 54(173), 385–393. [https:// doi.org/10.1111/1468-2451.00390](https://doi.org/10.1111/1468-2451.00390) (IPBES, 2019b, p. 373).

**SD14** - 14 Future targets in a new post-2020 global biodiversity framework may be more effective if they: have clear, unambiguous, simple **language**, with quantitative elements; take account of synergies and trade-offs between targets, are formulated to capture aspects of nature and NCP relevant to GQL, take greater account of socioeconomic and cultural contexts and values; take account of climate change impacts and responses; and integrate insights from the conservation science community as well as social scientists, indigenous and local knowledge, and non-academic stakeholders and take account of the availability of existing indicators and the feasibility of developing new ones (established but incomplete) (IPBES, 2019b, p. 393).

**SD15** - IPLCs have also led conservation and ILK revitalization initiatives, such as establishing Indigenous and Community Conserved Areas (ICCAs), maintaining sacred natural sites, **language** and cultural documentation, or community-based mapping (Alexander et al., 2016; Berdej & Armitage, 2016; Brooks et al., 2013; Gavin et al., 2015; Kothari et al., 2013; Nelson, 2008; Nilsson et al., 2016; Zent et al., 2016). Through these initiatives, IPLCs, in alliance with advocacy groups, have enhanced their role as environmental managers and transformed their local disputes into international claims, thus increasing pressure to be included in environmental policy for a (Hodgson, 2002) and propelling a growing recognition of ILK in environmental negotiations. (IPBES, 2019b, p. 438).

**SD16** - Additional considerations when setting revised targets include the need for suitable **language** and wording to engage stakeholders and inspire action, socio-economic transformations for sustainable consumption, transformative changes and governance (see below and chapter 6), and to illustrate the importance of tackling a particular issue in order to address biodiversity loss. (IPBES, 2019b, p. 508).

**SD17** - Using simple succinct **language** in targets, and providing explanations, definitions and caveats in background documents, guidance, and preambular text, would be beneficial (Butchart et al., 2016; CBD, 2018c). (IPBES, 2019b, p. 508).

**SD18** - Avcı, Duygu., Adaman, Fikret, Özkaynak, Begüm (2010). Valuation **languages** in environmental conflicts: How stakeholders oppose or support gold mining at Mount Ida, Turkey. *Ecol. Econ., Special Section: Ecological Distribution Conflicts* 70, 228–238. [https:// doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.05.009](https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.05.009) (IPBES, 2019b, p. 518).

**SD19** - Hidayati, Syafitri, Suansa, Nurul Iman., Samin, & Franco, Francis Merlin (2017). Using Ethnotaxonomy to assess Traditional Knowledge and **Language** vitality: A case study with the Urang Kanekes (Baduy) of Banten, Indonesia. *Indian journal of traditional knowledge*. 16. 576-582. (IPBES, 2019b, p. 518).

**SD20** - Martinez-Alier, Joan (2009). Social metabolism, ecological distribution conflicts, and **languages** of valuation. *Capital. Nat. Social*. 20, 58–87. (IPBES, 2019b, p. 562).

**SD21** - Martínez-Alier, Joan, Giorgos Kallis, Sandra Veuthey, Mariana Walter, and Leah Temper (2010). Social Metabolism, Ecological Distribution Conflicts, and Valuation **Languages**. *Ecological Economics* 70 (2): 153–58. doi:10.1016/j.ecolecon.2010.09.024. (IPBES, 2019b, p. 562).

**SD22** - Cultural identity - Cultural identity includes concerns related to the terms, **language**, activities and practices that embody the relationships of people and nature. (IPBES, 2019b, p. 681).

**SD23** - Future threats to biodiversity and ecosystem services also constitute imminent challenges to the cultural identity of communities, particularly when faced with environmental degradation. For example, “blue-ice,” as a term inherent to First Nation **languages** and as the material formation on lakes and rivers, links transportation to access to food and energy. It is thus central to First Nations’ cultural identity and traditional activities, and their future well-being. (IPBES, 2019b, p. 682).

**SD24** - The use of concepts such as ‘relational values’ help articulate a more adequate **language** for why people are willing to invest time and attention to the care of ecosystems. (IPBES, 2019b, p. 814).

**SD25** - In Ecuador, the rights of Mother Earth (Pachamama) to preserve its condition of regeneration (a different **language** for biodiversity and ecosystem services) are considered as inseparable from the conditions for a good life of the people and are protected by the Constitution. (IPBES, 2019b, p. 814).

**SD26** - This entails different social groups being able to speak in their own terms and **language** about their understanding of a good life and enabled to participate in the framing of its conditions. (IPBES, 2019b, p. 815).

**SD27** - For IPLCs, values of all kinds (e.g., instrumental, intrinsic, relational) are deeply intertwined with cultural and environmental contexts, and value systems are often represented in and reinforced by **language**. The loss of **language** may be associated with value deterioration or change. (IPBES, 2019b, p. 818).

**SD28** - Many (if not all) **languages** codify values related to the ability to coexist with surrounding environments for hundreds or thousands of years (Davis, 2009; Maffi, 2001). These sustainability-related values may be particularly common in Indigenous and other long-standing local communities, with their strong traditional beliefs, laws, customs, culture, and affections towards nature (e.g., sacred trees, sacred animals, totems) (e.g., McGregor, 1996; Turner, 2005). As such, the loss of **languages** is potentially a major problem for value diversity and authenticity. In many regions, community values that support sustainable trajectories using indigenous knowledge are at risk of extinction, which results in the loss of biodiversity (Unasho, 2013). Loh and Harmon (2014) note that one in four of the world’s 7000 **languages** are at current threat of extinction, confirming a simultaneous decline in linguistic diversity and biodiversity – approximately 30% since 1970. Extinction statistics tell the story: 21% of all mammals, 13% of birds, 15% of reptiles, 30% of amphibians and 400 **languages** have gone extinct (Loh & Harmon, 2014). In this sense, the value of the knowledge-practice-belief complex of Indigenous Peoples relating to conservation of biodiversity are central to the sustainable management of ecosystems and biodiversity. (IPBES, 2019b, p. 818).

**SD29** - Loh, Jonathan, & Harmon, David (2014). Biocultural Diversity. Threatened species, endangered **languages**. Zeist: WWF Netherlands. (IPBES, 2019b, p. 857).

**SD30** - Maffi, Luisa (2001). On biocultural diversity: Linking **language**, knowledge, and the environment. Smithsonian Institution Press Washington, DC. (IPBES, 2019b, p. 858).

**SD31** - Unasho, Adem (2013). **Language** as genes of culture and biodiversity conservation: The case of “Zaysite” **language** in southern region of Ethiopia. International Journal of Modern Anthropology, 1(6). <http://dx.doi.org/10.4314/ijma.v1i6.1> (IPBES, 2019b, p. 870).

**SD32** - Policies focused at revitalizing **language** and local ecological knowledge also contribute to recognizing and, in some cases, restoring IPLCs’ customary institutions for ecosystem management, which have been weakened or eroded. (IPBES, 2019b, p. 918).

**SD33** - Warren, Charles Richard (2007). Perspectives on the ‘alien’ versus ‘native’ species debate: a critique of concepts, **language** and practice. Progress in Human Geography, 31(4), 427–446. <https://doi.org/10.1177/0309132507079499>. (IPBES, 2019b, p. 1024).

**SD34** - Folk categories - The units of meaning into which a **language** breaks up the universe for example, folk plant and animal taxa. (IPBES, 2019b, p. 1039).